



SERVIÇO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO  
AUTARQUIA MUNICIPAL – PIRACICABA - SP

**Parecer nº 199/2024/PJ/FMB**

**Processo administrativo nº 002511/2024**

**Interessado: Presidência**

**Assunto: Licitação. Impugnação ao edital. Critério de julgamento.**

Trata-se de impugnação ao edital da Concorrência Eletrônica nº 002/2024, deflagrada para a contratação de empresa para elaboração de projeto executivo de engenharia com levantamentos topográficos planialtimétrico cadastral para a substituição de redes de distribuição de água, conforme especificações e condições estabelecidas neste instrumento.

A impugnante alega, em apertada síntese, que os serviços pretendidos pela Autarquia são técnicos especializados, de natureza predominantemente intelectual, e de elevado valor, motivo pelo qual o critério de julgamento adotado deveria ser “melhor técnica” ou “técnica e preço”, com fundamento nos arts. 36 e 37 da Lei 14.133/21, e não “menor preço” conforme estabelece o edital impugnado. Ao final, pede o acolhimento da impugnação para determinar a revisão do critério de julgamento.

A unidade técnica concluiu que *“a presente contratação envolve serviços técnicos de engenharia, mas a qualidade técnica da proposta não supera os requisitos mínimos estabelecidos no edital, uma vez que já foram determinadas as soluções de engenharia pretendidas, compreendendo somente a substituição das redes existentes”*. Além disso, ressaltou o item 02 do Termo de Referência, que justifica tecnicamente a escolha do critério de julgamento por menor preço, no seguinte sentido:

*“2.0 JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO CRITÉRIO MENOR PREÇO” A escolha de adotar o critério de menor preço para a análise desta licitação justifica-se pelo fato de que, embora a elaboração dos Projetos Executivos de Engenharia envolva componentes intelectuais em sua composição, os trabalhos a serem realizados são considerados comuns dentro da área de engenharia e não exigem inovação ou criatividade excepcionais por parte dos projetistas, uma vez que o desempenho e as características dos projetos mostram variações pouco significativas entre*

 [goo.gl/maps/1Vgb59zaaFgJV3en8](https://goo.gl/maps/1Vgb59zaaFgJV3en8)

[semaepiracicaba.sp.gov.br](https://semaepiracicaba.sp.gov.br)

019 – 3403-9611



SERVIÇO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO  
AUTARQUIA MUNICIPAL – PIRACICABA - SP

*os concorrentes. Essa escolha visa garantir uma análise objetiva e eficiente das propostas, levando em conta a natureza padronizada dos serviços em questão. Além disso, a equipe técnica responsável delineou minuciosamente todas as condições essenciais para o desenvolvimento dos trabalhos. Isso incluiu a setorização dos sistemas de abastecimento e a modelagem hidráulica existentes, a identificação das redes que requerem substituição, a especificação dos materiais das novas tubulações e a definição dos locais para a realização das sondagens geotécnicas. Todas essas informações detalhadas proporcionam uma base sólida e objetiva para a avaliação das propostas sob o critério de menor preço. Portanto, a escolha do critério de menor preço se mostrou a abordagem mais apropriada para este processo licitatório, garantindo uma análise objetiva e eficaz das propostas, levando em consideração a natureza dos trabalhos a serem realizados e as informações detalhadas fornecidas no Termo de Referência. (...)*

Ao final, concluiu pela improcedência da impugnação.

O Sr. Pregoeiro conheceu da impugnação e no mérito julgou-a improcedente.

**Relatei. Passo a opinar.**

Impugnação tempestiva, na forma do art. 164 da Lei nº 14.133/21.

Alega a impugnante que o critério de julgamento estabelecido no edital da concorrência nº 002/2024 está em desconformidade com a Lei 14.133/2021. Especificamente, deve-se determinar se o critério de "menor preço", adotado no edital, é apropriado ou se, conforme alegado pela empresa impugnante, deveria ser utilizado o critério de "melhor técnica" ou "técnica e preço", conforme disposto nos arts. 36 e 37 da referida lei.

Pois bem. O §1º do art. 36 da Lei nº 14.133/2021 estabelece que o critério de julgamento por técnica e preço será escolhido quando o estudo técnico preliminar demonstrar que a avaliação e a ponderação da qualidade técnica das

 [goo.gl/maps/1Vgb59zaaFgJV3en8](https://goo.gl/maps/1Vgb59zaaFgJV3en8)

[semaepiracicaba.sp.gov.br](https://semaepiracicaba.sp.gov.br)

019 – 3403-9611



SERVIÇO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO  
AUTARQUIA MUNICIPAL – PIRACICABA - SP

propostas que superarem os requisitos mínimos estabelecidos no edital forem relevantes aos fins pretendidos pela Administração nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, senão vejamos:

*Art. 36. [...] § 1º O critério de julgamento de que trata o caput deste artigo será escolhido quando **estudo técnico preliminar demonstrar que a avaliação e a ponderação da qualidade técnica das propostas que superarem os requisitos mínimos estabelecidos no edital forem relevantes** aos fins pretendidos pela Administração nas licitações para contratação de:*

*I - serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, caso em que o critério de julgamento de técnica e preço deverá ser preferencialmente empregado;*

Isso não significa dizer, no entanto, que esse critério deva ser obrigatoriamente adotado em todos os casos em que o objeto seja técnico, especializado e de natureza intelectual.

Conforme se infere do dispositivo em questão, a Administração Pública, embasada em estudos técnicos preliminares, pode reconhecer a possibilidade de atribuir maior peso à avaliação e ponderação da qualidade técnica das propostas, quando estas excederem os requisitos mínimos estipulados no edital. Nesse sentido, o critério de julgamento por técnica e preço se torna a opção preferencial e mais condizente com o interesse público.

Todavia, é relevante observar que a Administração, mediante sua autonomia e visando atender às suas especificidades, reserva-se o direito de, caso não se justifique a preponderância da qualidade técnica das propostas acima dos requisitos do edital, optar por critérios de julgamentos alternativos, como o do “menor preço”.

Observa-se, assim, que a preferência pela adoção do critério de julgamento por técnica e preço está condicionada à predominância de natureza



SERVIÇO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO  
AUTARQUIA MUNICIPAL – PIRACICABA - SP

intelectual do objeto e à relevância de a ponderação da qualidade técnica das propostas estar acima dos limites mínimos estabelecidos no edital.

Assim, embora certos objetos, como a elaboração de projetos executivos ou básicos, possam ser considerados de natureza intelectual, sua complexidade técnica nem sempre justifica a necessidade de que as propostas técnicas ultrapassem os requisitos mínimos estabelecidos no edital para a adoção do critério por técnica e preço.

Nesse contexto, destaca-se a decisão proferida pelo TCE-SP, no processo TC-002003/005/09<sup>1</sup>, que julgou improcedente a representação apresentada contra o critério de julgamento por menor preço adotado em licitação do CDHU para a contratação da execução de obra e serviço de engenharia, incluindo projetos executivos, visando a realização de um empreendimento com 24 unidades habitacionais. Além disso, merecem menção os processos TCs-030456/026/08 e 039747/026/10, que corroboram essa mesma linha de entendimento.

Com o mesmo entendimento, o Prof. Marçal Justen Filho<sup>2</sup>:

*“[...] Portanto, o critério técnica e preço é adotado em vista não da qualidade do produto, mas da peculiaridade quanto ao interesse a ser realizado. A adequação técnica e preço decorre da circunstância de que o objeto contratado exige uma qualidade mais elevada, ainda que possa ser atendido por aqueles com qualidade menor (desde que superior ao mínimo necessário).*

*A licitação de menor desembolso é cabível quando o interesse sob tutela do Estado pode ser atendido por um produto qualquer, desde que preenchidos requisitos mínimos de qualidade ou técnica. [...]”*

<sup>1</sup> “[...] Em síntese, a Representante formula os seguintes questionamentos: a) impossibilidade de que a mesma empresa seja responsável pela elaboração de projeto e execução da obra, situação vedada pelo inciso I, do artigo 9º da Lei n.º 8666/93; b) **necessidade de se adotar o tipo “técnica e preço”, porquanto tal modalidade se destina justamente à avaliação de projetos de engenharia;** [...] Ademais, não vislumbro no caso dos autos evidente complexidade técnica que pudesse justificar o agravamento das condições de participação, em especial pela notória padronização das técnicas de edificação empregadas usualmente pela Companhia. [...]” (g.n.)

<sup>2</sup> JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas. 2. ed., São Paulo: Thomson Reuters, 2023. e-book, RL 1.21.



SERVIÇO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO  
AUTARQUIA MUNICIPAL – PIRACICABA - SP

No caso em questão, a justificativa apresentada pela unidade técnica indica que o estudo técnico preliminar não demonstrou que o objeto licitado possui elevada complexidade técnica, tampouco que seja relevante que as propostas técnicas excedam os requisitos mínimos previstos no edital. Na verdade, pontou que trata-se de um serviço comum de engenharia. Desse modo, optou adequadamente pelo critério de julgamento do “menor preço”.

Vale argumentar, por fim, que, nesse cenário em que o objeto, embora de natureza intelectual, requer um baixo nível de complexidade técnica, tornando desnecessária a atribuição técnica acima dos níveis considerados no termo de referência, a aplicação do critério de julgamento por técnica e preço tornaria o certame excessivamente restritivo, indo de encontro aos princípios da isonomia e da escolha da proposta mais vantajosa para a contratação.

Diante do exposto, **OPINA-SE pelo conhecimento da impugnação e, no mérito, pela sua improcedência.**

É o parecer, *sub censura*.

A Autoridade Superior.

Piracicaba/SP, 29 de maio de 2024.

**Felipe Milani Baldan**

Procurador Jurídico

De acordo. Encaminhe-se.

**Danielle Pacheco de Souza Santim**

Procurador Jurídico Chefe

 [goo.gl/maps/1Vgb59zaaFgJV3en8](https://goo.gl/maps/1Vgb59zaaFgJV3en8)

[semaepiracicaba.sp.gov.br](https://semaepiracicaba.sp.gov.br)

019 – 3403-9611



# Assinaturas do documento



## "Parecer jurídico"

Código para verificação: **WUOD597Z**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



**DANIELLE PACHECO DE SOUZA SANTIM** (CPF: 177.XXX.448-XX) em 29/05/2024 às 10:03:04 (GMT-03:00)

Emitido por: "SolarBPM", emitido em 23/11/2023 - 16:19:13 e válido até 23/11/2123 - 16:19:13.  
(Assinatura do sistema)



**FELIPE MILANI BALDAN** (CPF: 410.XXX.428-XX) em 29/05/2024 às 10:01:49 (GMT-03:00)

Emitido por: "SolarBPM", emitido em 04/07/2023 - 11:49:02 e válido até 04/07/2123 - 11:49:02.  
(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link

<https://sempapel.piracicaba.sp.gov.br/atendimento/conferenciaDocumentos> e informe o processo **SEMAE**

**2024/002511** e o código **WUOD597Z** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.